



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUSIII – GUARABIRA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

LARISSA IRINEU FERNANDES

**ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA NOS ANOS
INICIAIS NO CONTEXTO DO CAMPO: QUE LIVRO É ESSE?**

**GUARABIRA
2019**

LARISSA IRINEU FERNANDES

**ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA NOS ANOS
INICIAIS NO CONTEXTO DO CAMPO: QUE LIVRO É ESSE?**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação em Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Graduada em Pedagogia.

Área de concentração: Educação do
Campo

Orientadora: Prof. Dra. Francinete
Fernandes de Sousa

**GUARABIRA
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F363a Fernandes, Larissa Irineu.
Análise do livro didático de língua portuguesa nos anos iniciais no contexto do campo [manuscrito] : que livro é esse? / Larissa Irineu Fernandes. - 2019.
48 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades , 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Francinete Fernandes de Sousa , Coordenação do Curso de Letras - CH."
1. Livro didático. 2. Língua Portuguesa. 3. Anos Iniciais. 4. Educação do Campo. 5. Docência. I. Título
21. ed. CDD 401.41

LARISSA IRINEU FERNANDES

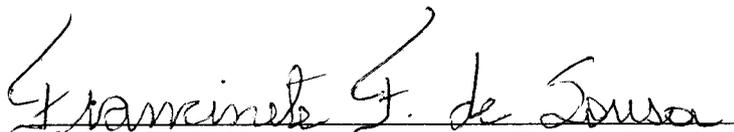
**ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA NOS ANOS
INICIAIS NO CONTEXTO RURAL: QUE LIVRO É ESSE?**

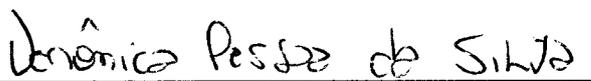
Trabalho apresentada(o) ao
Programa de Pós-Graduação em
Pedagogia da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Graduada em
Pedagogia.

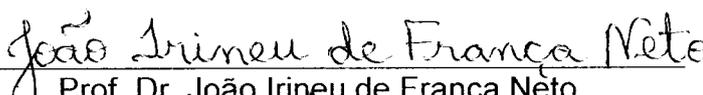
Área de concentração: Educação do
Campo

Aprovada em: 17/10/2019.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dra. Francinete Fernandes de Sousa (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dra. Verônica Pessoa da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. João Irineu de França Neto
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu Deus, autor e consumidor da minha fê, minha
força e inspiração, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, por me guiar por seus caminhos que me permitiram chegar até aqui, me dando sabedoria e força para seguir em frente apesar de cada obstáculo que juntos conseguimos ultrapassar.

À querida professora Dra Francinete Fernandes de Souza pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação, pela sua total dedicação, paciência e comprometimento.

A minha mãe que além de cuidar de mim, sempre acreditou que eu seria capaz e se hoje estou alcançando essa vitória foi por suas orações. A minha avó Maura, que me deu apoio, me ajudou e que dirá com orgulho que sua neta “sabe muito ler”.

A minha tia Marilene, a qual me fez crescer dentro da escola e contribuiu para que ela se tornasse minha segunda casa.

Ao meu esposo Maycon que esteve ao meu lado, juntamente com minha filha Mariana que fez parte da minha jornada acadêmica e por vocês eu encontrei motivos para prosseguir em busca do meu sonho.

Aos professores do Curso de Pedagogia da UEPB, que marcaram minha história através das aulas, debates e seu total incentivo a sermos os melhores educadores possíveis.

Aos colegas de classe pelos 4 anos compartilhados de muita alegria, amizade e interação, pois sem dúvidas vocês são a melhor turma que eu poderia ter encontrado.

A minha amiga Juliana Melo que me incentivou e sempre me estendeu a mão nos momentos em que mais precisei durante o curso.

A minha amiga Samara que para mim é uma irmã, pois desde o início do curso estamos juntas e se não fosse por sua ajuda talvez eu não tivesse chegado aonde estou. Assim, tenho a certeza que levarei as amizades feitas na graduação por toda a vida.

“A gramática tradicional tenta nos mostrar a língua como um pacote fechado, um embrulho, pronto e acabado. Mas não é assim. A língua é viva, dinâmica e está em constante movimento – toda língua viva é uma língua em constante decomposição, em permanente transformação. É uma fênix que de tempos em tempos renasce das cinzas. É uma roseira que quanto mais a gente vai podando, flores mais bonitas vai dando” (BAGNO, 2006, p. 117)

ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA NOS ANOS INICIAIS NO CONTEXTO DO CAMPO: QUE LIVRO É ESSE?

Fernandes, Larissa Irineu¹

RESUMO

O presente trabalho analisou o livro didático de Língua Portuguesa nos Anos Iniciais mediante as particularidades encontradas no contexto da escola no campo. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa. O livro didático é um recurso pedagógico presente nas práticas de ensino em sala de aula, no entanto convém refletir sobre suas contribuições e implicações didáticas para o ensino da Língua Portuguesa. Desse modo, o presente trabalho discute este material, na perspectiva teórica de BAGNO (2006), BAIRRO (2009), CHARTIER (1998) entre outros, que tratam sobre a temática, considerando as contribuições de alguns conceitos linguísticos para a análise dos manuais escolares, bem como a problemática que cerca sua base teórico-metodológica. Além disso, este trabalho permite refletir sobre o papel do professor no ensino de Língua Portuguesa na fase de alfabetização, nas escolas do campo, considerando as especificidades desse momento. Como conclusão, este trabalho monográfico aponta para uma mudança de atitude do trabalho docente, desde o processo de escolha do livro didático até a utilização deste recurso em sala de aula.

Palavras-Chave: Livro Didático. Língua Portuguesa. Anos Iniciais. Escola do Campo.

¹Concluinte do curso de Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba, Campus III – Guarabira

RESUMEN

Este estudio analizó el libro de texto de la lengua portuguesa en los primeros años a través de las particularidades que se encuentran en el contexto escolar en el campo. Para ello, se realizó una investigación bibliográfica y una investigación de campo, de abordaje cualitativo. El libro de texto es un recurso pedagógico presente en las prácticas de enseñanza en el aula, pero debe reflexionar sobre sus contribuciones e implicaciones educativas para la enseñanza del portugués. De este modo, el presente trabajo discute este material, en la perspectiva teórica de BAGNO (2006), BAIRO (2009), CHARTIER (1998) entre otros, que tratan sobre la temática, considerando las contribuciones de algunos conceptos lingüísticos para el análisis de los manuales escolares, así como la problemática que rodea su base teórico-metodológica. Por otra parte, este trabajo permite reflexionar sobre el papel del profesor en la enseñanza del idioma portugués en la fase de instrucción, las escuelas del campo, teniendo en cuenta las características específicas del momento. Como conclusión, este trabajo monográfico apunta a un cambio de actitud del trabajo docente, desde el proceso de elección del libro didáctico hasta la utilización de este recurso en el aula.

Palabras Clave: Libro Didáctico. Lengua portuguesa. Añosiniciales. Escuela de Campo.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	COMO SURGEM OS PRIMEIROS ESCRITOS.....	10
2.1	Os primeiros livros.....	11
2.1	O livro didático no Brasil.....	13
2.2	Afinal, o que é o livro didático?.....	16
2.3	Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).....	17
2.4	O contexto escolar da educação do campo	18
3.	METODOLOGIA	22
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS	24
4.1	Análise do livro didático de Língua Portuguesa	
4.1.1	27
4.1.2	Buriti mais Português – 1º ANO	28
	Buriti mais Português – 2º ANO	31
Análise		
5.	CONCLUSÃO.....	35
	REFERÊNCIAS	37
	APÊNDICE.....	39
	APÊNDICE A - Entrevista com o professor.....	40
	APÊNDICE B – Imagens do livro didático de língua portuguesa.....	41

1. INTRODUÇÃO

A história do livro didático é marcada por uma série de questões relacionadas a sua intencionalidade, ao seu conteúdo e sua ideologia, uma vez que o acesso ao saber era um privilégio da classe dominante que mantinha seu poder a partir da desvalorização da educação para o povo. No que se refere ao contexto rural esse cenário não é diferente, pois a conscientização que o acesso as letras poderia promover era alvo de preocupação para os grandes proprietários rurais nas quais exerciam sua total exploração e opressão dos camponeses.

Sendo assim, no contexto educacional, o livro didático até os dias atuais, é considerado um recurso relevante no processo de ensino e aprendizagem. Além disso, ele ainda é visto como elemento crucial e, às vezes, único recurso utilizado, uma vez que o professor vê-lo como o detentor de uma verdade absoluta e inquestionável, não reflete sobre sua prática de ensino. Este discurso, resultou na construção do livro didático enquanto um manual gramatical que valoriza o ensino padrão de Língua Portuguesa.

Tendo em vista que o livro didático é pensado em nível nacional, porém sabemos que o nosso país apresenta em cada região, seja na zona urbana ou rural, suas particularidades e diversidade cultural. Nesse sentido, nossa hipótese inicial partiu do seguinte questionamento: será que os livros didáticos adotados nas salas de aula do campo são adequados para se trabalhar diante das particularidades vivenciadas pelos alunos e são usados como única fonte de conhecimento?

O estudo sobre o livro didático de Língua Portuguesa nos Anos Iniciais que são direcionados para serem trabalhados nas escolas do campo, surgiu do desejo pessoal de analisar a problemática do livro didático, uma vez que esta questão foi desencadeada, através do componente curricular Fundamentos da Linguagem no qual fizemos uma produção sobre o livro didático relacionando aos argumentos de Marcos Bagno em seu livro *Preconceito linguístico*. Assim, está foi a ponte que conduziu a investigação em relação ao ensino da língua materna por meio do livro didático e seus desafios conceituais que devem ser superados.

Este trabalho, assim, buscou relatar o resultado da pesquisa de campo que teve como intuito analisar o livro didático de língua portuguesa utilizado nos anos iniciais, bem como verificar se este está adequado para as necessidades

encontradas na fase de alfabetização considerando o contexto do campo. Este artigo objetiva então entender criticamente a validade deste recurso didático problematizando as questões que o cercam como instrumento utilizado em sala de aula. Desse modo, seus objetivos específicos serão: a) fazer um estudo bibliográfico do contexto histórico do livro didático; b) contextualizar o livro didático no contexto da Educação do Campo; c) verificar como acontece o processo de escolha do livro didático; d) analisar o livro didático enquanto uma ferramenta de ensino e aprendizagem; e) refletir sobre o papel do professor no ensino da língua materna.

Para tanto, nossa pesquisa de campo realizou-se na Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Domingos Batista Guedes, localizada na zona rural da cidade de Cruz do Espírito Santo-PB. Assim, por meio de uma abordagem qualitativa utilizou-se de entrevistas orais sobre a relação do professor com o livro didático, bem como delimitamos para fins da presente pesquisa a análise dos livros de Língua Portuguesa do 1º ano e 2º ano, porque eles foram distribuídos na referida escola.

Buscou-se como arcabouço teórico deste estudo, o apoio teórico de autores como Rocha (2003), Chartier (1998), Batista (2011), Bagno (2006), Cagliari (2008) entre outros, que tratam de maneira apropriada a problemática. O autor Paulo Freire também foi integrante da pesquisa, pois a sua teoria de aprendizagem para o campo considerada, ainda a mais apropriada. Sendo assim, no primeiro momento, relata a história dos primeiros escritos até chegar aos livros, bem como ressaltar a história do livro didático no Brasil até o PNLD, brevemente conceituar o livro didático, retratar a educação do campo como cenário de luta e trazer os resultados da pesquisa.

2. COMO SURGEM OS PRIMEIROS ESCRITOS

A escrita está presente desde o período mais remoto da história da humanidade. Apesar de não ser na forma sistematizada que conhecemos hoje, o homem sentiu a necessidade de representar e registrar acontecimentos relevantes de sua vida e só, posteriormente, a linguagem falada. Contudo, podemos pensar a escrita desde as pinturas e gravuras que foram encontradas em cavernas, que segundo Queiroz (2005) elas marcam o período do Paleolítico Superior (20.000 ou mais a.c.), onde nelas se encontram expressos círculos e outros símbolos distintos. Porém, como já foi dito, estas não são formas absolutas de escrita e nem possui relação com o nosso sistema atual de escrita. Além disso, Rocha (2003) afirma que esse tipo de escrita era considerada ideográfica, pois através dela era possível passar uma mensagem pequena ou até mesmo contar uma história.

O sistema mais antigo de escrita é o cuneiforme, que segundo Queiroz (2005) foi decifrado em meados do Século XIX, sendo que sua origem ainda não pode ser afirmada. Desse modo, um povo conhecido por sumérios, depois de ter se passado 500 anos de sua invasão em uma região da Mesopotâmia começaram a usar a escrita e depois o cuneiforme como meio para expressar sua vasta e evoluída literatura e escrita (QUEIROZ, 2005). Nesse cenário, de acordo com Rocha (2003), era utilizado lajotas de barro mole e um pequeno bastão de madeira na qual eram feitas as “marcas” e o conjunto delas formaria uma palavra.

No que diz respeito aos povos egípcios, eles criaram uma escrita registrada em pedras, dado que cada figura desse sistema representaria uma palavra. Uma vez que estes escritos ficaram conhecidos por hieróglifos. Em seguida, “os egípcios inventaram o papiro, que acabou influenciando na simplificação dos hieróglifos, dando origem a escrita hierática e mais tarde a demótica” (ROCHA, 2003).

Esta autora, também destaca que a civilização egípcia atribuía um grande valor a escrita, sendo assim havia profissionais chamados de escribas que eram específicos para isso. Dessa maneira, a escrita foi evoluindo e eles perceberam que cada som poderia representar um símbolo ou letra, inventando a escrita fonética.

Com isso, ainda conforme a autora, os fenícios adaptaram esse tipo de escrita e criaram um alfabeto de 24 letras que se espalhou por toda parte do mundo, dando origem a outros alfabetos. Entretanto os gregos utilizaram o alfabeto fenício, mas fizeram modificações como o surgimento de novas letras e retiraram as letras que

não existiam seu som em grego. Em relação aos romanos, estes adotaram o alfabeto grego, também fizeram alterações não apenas nas letras, mas em seu formato. Porém, alguns povos como chineses e japoneses continuaram utilizando uma escrita pictórica e ideográfica.

Nesse sentido, cada civilização hoje possui sua própria escrita na qual constantemente está evoluindo para novos suportes, uma vez que as inovações tecnológicas vêm revolucionando o mundo da escrita. Desse modo, ela não expressa apenas a voz de um determinado povo, mas também sua cultura, seus pensamentos, sua ideologia, suas marcas e sua força.

De acordo com Cagliari (2007) o domínio da escrita e ter o acesso ao saber são formas da classe dominante exprimir seu poder, por isso se constitui como privilégio de poucos. Assim, o autor questiona o porquê das classes populares não terem sido alfabetizadas desde a invenção da escrita, pois quem dominava não tinha o interesse de compartilhar seu poder, nem tampouco o saber. Em virtude de ser um perigo para seu sistema de dominação, era útil que o povo continuasse ignorante e conformado com suas condições de vida.

2.1 Os primeiros livros

Com o surgimento do Cristianismo, no Século IX d.c. a necessidade de se utilizar a escrita como método de ensino religioso fizeram os monges copistas escrever em latim as liturgias bíblicas feitas em rolos de papiro. Como afirma, Queiroz (2005) esse tipo de material ficou conhecido por *volumen*, porém era caro, frágil, além do que só poderia ser usado um lado e difícil de se manejar. É nesse cenário que surge os pergaminhos, feitos de pele de cordeiro, cabra e outros. Ao contrário dos rolos de papiro era de fácil acesso e de ser manuseado, por isso ele poderia ser costurado e até mesmo dobrado, dando origem ao ancestral do nossos livros atuais, o *códex* (QUEIROZ, 2005).

Ainda segundo a autora, até os Anos Finais do Século XII, os manuscritos, ou seja, os livros escritos à mão eram editados por ordem dos ricos e apenas esta classe tinha o privilégio de manuseá-los, enquanto a classe menos favorecidas tinha apenas o contato com a **escrita** através de **ouvir** as missas.

Como Queiroz (2005, p. 11) salienta “[...] os copistas laicos que colaboravam com os monges se organizaram em escritórios e associações e passaram a redigir

além de livros documentos oficiais da nova classe: a burguesia comercial”. Nesse sentido, percebeu-se que o uso da escrita poderia cada vez mais ser útil a classe dominante, uma vez que a mesma possibilitaria através de meios burocráticos a ampliação do comércio.

Com o advento da imprensa, houve uma revolução no mundo da escrita, uma vez que com suas técnicas reduziram o tempo da escrita feita a mão, inclusive os custos do livro. Em 1450, um inventor chamado Gutemberg foi o responsável por esse avanço significativo ao criar as prensas manuais. Assim, o primeiro livro impresso foi a Bíblia Sagrada (QUEIROZ, 2005).

O livro, neste momento histórico, tinha seu valor atribuído ao status social, isto é, quem o possuía era considerado como autoridade do saber, uma vez que a elite que evidentemente se destacava na política em suas fotografias exibiam os livros em suas mãos (CHARTIER, 1998). Dessa forma, podemos dizer que desde o momento de sua criação o livro teve uma intencionalidade carregada de ideologias da classe dominante.

Com a reforma protestante este cenário irá se modificar. A igreja católica não terá mais o total poder sobre o povo, uma vez que estes lutavam pela educação igualitária e que fosse separada da igreja católica. De acordo com Bairro (2009, p.3)

Nesse período, surge um dos primeiros manuais escolares que se tem notícia, ‘O ABC de Hus’, escrito pelo pensador e reformador religioso Jan Hus. Esse livro apresentava uma ortografia padrão, com frases religiosas que iniciavam com letras diferentes. Era uma obra voltada para alfabetização do povo.

Assim, podemos considerar que o primeiro livro didático visava também o ensino religioso, porém agora o povo não seria apenas um mero ouvinte das letras sagradas, mas teriam o direito de interpretá-las ao se tornarem leitores. Desse modo, podemos considerar que o livro didático surgiu carregado da ideologia do responsável por sua autoria e construção.

De acordo com Baurro, (2009) surge na cidade de Wintterbeg na Alemanha a cartilha chamada de “Boskeschenvorlevenondkind” com o intuito de abordar o alfabeto, os Dez mandamentos, orações e algarismos. Dois anos depois, Valentin Ickelsamer acrescenta as cartilhas gravuras respectivas a sua letra. Outra obra relevante para a história do livro foi “O mundo sensíveis em gravuras”, inspirado em Jan Hus, Comênios elabora lições seguidas por ilustrações que explore os sentidos.

Além disso, em 1702, depois da Revolução Francesa José Hamel, escreve o livro “Ensino mútuo”, com o objetivo de alfabetizar por meio de lições através do método “ba-bé-bi-bó-bú”, no qual foi utilizado aqui no Brasil durante o período do Império.

No tocante ao livro de Língua Portuguesa, Bairro (2009) salienta que os primeiros livros que se tem referência é “A Cartilha” de João de Barros em 1540, também de cunho religioso. Esta trazia o alfabeto, letras ilustradas com desenhos e os mandamentos de Deus e da igreja. Além disso, em Portugal eram vendidos “Cartilhas do ABC” destinadas para alunos que deixavam a escola, porém esta cartilha tinha um conteúdo superficial e de má qualidade, dando uma falsa ideia de alfabetização.

Portanto, há ainda outros métodos de alfabetização que na maioria dos casos não eram tão eficazes ou estavam voltados para uma educação minoritária onde a elite era prioridade. Dessa forma, Chartier (1998, p. 133) afirma que “refletir sobre as revoluções do livro, e mais amplamente, sobre os usos da escrita, é examinar a tensão fundamental que atravessa o mundo contemporâneo [...]”, por isso é de suma importância entender o processo histórico no qual surge o livro didático e os avanços que perpassou até os dias atuais.

2.1.1 O Livro didático no Brasil

Durante o período do Brasil Império, podemos considerar que os livros chegaram através da família real, no qual era destinado para elite. Enquanto, o processo de educação dos povos indígenas que aqui viviam inicia-se com o ensino dos jesuítas com o intuito de catequizá-los. Segundo Zacheu e Castro (2015), com as primeiras instalações das escolas públicas no Brasil em 1820, também se iniciou as produções gráficas de manuais brasileiros e em 1840 e 1880 houve sua ampliação juntamente com o Ensino Primário no Brasil, pois até então os livros vinham de Portugal.

De acordo com Zacheu e Castro (2015) os projetos educacionais direcionados para o livro didático surgem a partir da Escola de Primeira Letras, porém estes nesse momento seria uma ferramenta para o Estado exercer seu controle.

Diante disso, Silva (2013) citado por Zacheu e Castro (2015) diz que o livro didático passou a ser utilizado de forma sistematizada a partir de 1838, no Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro. Porém, vale ressaltar que nesse momento histórico a

educação era voltada para a classe dominante a qual pensava em uma elite brasileira inspirada na cultura europeia. Sendo assim, a maior parte dos livros didáticos utilizados era de origem francesa ou alemã e continham seus ideais.

A partir de 1870, houve uma série de debates sobre os métodos de alfabetização pelo fato da demanda de escolarização. Dessa forma, se priorizou o método analítico de ensino, uma vez que as cartilhas utilizadas continham a marcha sintética de soletração, fônico e de silabação (MORTATTI, 2006 apud ZACHEU; CASTRO, 2015)

A partir de 1930, Zacheu e Castro (2015) afirmam que com o governo de Vargas houve a ampliação da produção de livros nacionais, uma vez que a crise econômica de 1929 elevou o preço das importações do livro. Assim, Francisco Campos, ministro da educação e da saúde pública da época, elaborou uma proposta didática baseada em valores nacionais que entraria em vigor a partir de então. Além disso, outro marco relevante para sua história foi a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) que tinha por finalidade a criação e a preservação dos livros nacionais.

Nesse cenário, surge também a elaboração da Comissão Nacional do Livro didático (CNLD) que tinha o intuito de verificar se os livros estavam de acordo com os critérios de seleção estabelecidos pelo sistema de ensino em vigor naquela época. Diante disso, a valorização da norma culta padrão da escrita da língua portuguesa seria um desses critérios, bem como a disseminação do patriotismo (BATISTA, 2011).

Com isso Batista (2011) salienta nesse contexto irá surgir a primeira definição de livro didático propriamente dito através do decreto-lei de nº 1006 de 30/12/1938 que aborda pela primeira vez o seu conceito como compêndios que expõe a matéria das disciplinas presentes nos programas escolares de modo parcial ou total. Além disso, esta diz que estes livros de leitura que são utilizados pelos alunos são chamados de compêndio escolar, livro de classe, manual, livros de texto, livro-texto até chegar ao termo livro didático.

Vale ressaltar que o livro didático será pensado a partir de uma ideologia. Como afirma, Batista (2011, p.20) “os LD’s e cartilhas passaram a enfatizar questões de higiene e comportamentos que seriam necessários para que os alunos se adaptassem às condições de trabalho naquela época e fizessem o país crescer”. Como podemos constatar o LD, foi e é um veículo de informações nas quais é

pautada em uma ideologia para que haja sua produção, pois acompanha a ordem social, econômica e política vigente.

No que se refere ao professor, este não tinha a liberdade de escolher o material utilizado em sala de aula, além de sua formação ser precária. Somente em 1945, depois de a CNLD sofrer certas críticas sobre sua atuação, que foi dado ao professor o direito de escolha. Porém, infelizmente isto não durou, pois no período da Ditadura Militar o governo tomou o controle total (BATISTA, 2011). A autora ainda diz que

[...] houve um retrocesso quanto a escolha do livro didático pelos acordos feito entre o MEC e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Industrial (USAID), que criaram a Comissão Nacional do Livro Técnico e Didático (COLTED). Este órgão era o responsável pela produção, edição e distribuição do material didático, e tinha como meta a distribuição gratuita de 51 milhões de LD em três anos, a criação de bibliotecas e a formação imediata de professores e instrutores (BATISTA, 2011, p. 20).

Dessa forma, a educação tecnicista estava em seu auge, uma vez que esta valorizava o uso dos materiais didáticos tradicionais como o LD, tendo em vista que ele seria o responsável pelo aumento da qualidade de ensino sem considerar o professor nesse processo, pois este era sucateado com uma formação rápida na qual não possibilitava que este refletisse sobre sua prática docente em sala (BATISTA, 2011).

Em 1967, Zacheu e Castro (2015) salientam que foi criada a Fundação nacional do material escolar (FEMANE) na qual era responsável por produzir materiais didáticos e distribuir por todo Brasil, porém os preços dos livros do ensino primário e secundário eram elevados o que provocou o aumento de crianças que não tinham como pagar.

Segundo Zacheu e Castro (2015), no ano de 1971 o INL retomou seus trabalhos, uma vez que a Colted foi extinta e assim criou o Programa Nacional do livro didático para o ensino Fundamental (PLIFED). Porém, em 1976 o INL foi extinto e a FEMANE ficou com o papel de assumir o Programa Nacional do Livro Didático (PNL).

Segundo, Batista (2011) as mudanças em relação ao gerenciamento do livro didático não parou de acontecer, uma vez que a FEMANE deixa de atuar e o Fundo de Assistência Estudantil (FAE) assume a coordenação e incorpora também a PLIFED. Somente na década de 80 e 90, Batista (2011) ressalta o surgimento de

pesquisas que questionavam o LD enquanto um material de caráter elitista que estava centrado no lucro mais do que nos objetivos pedagógicos.

Quebrando uma longa prática de descompromisso com a qualidade dos livros didáticos (LD) que comprava para uso das escolas públicas, a então FAE constituiu, em 1993, uma comissão para definir critérios de avaliação de LD. E a partir de 1996, o MEC passou a subordinar a compra dos LD inscritos no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) a uma aprovação prévia efetuada por uma avaliação sistemática (daqui por diante) Avaliação (Rangel, 2005, p. 13).

Assim, como o autor afirma acima, foi a partir do PNLD que os livros didáticos tiveram maior rigor em sua avaliação e isto é de grande relevância para o rompimento com sua má qualidade. Diante disso, o livro didático apresenta uma intencionalidade voltada para um determinado público.

Portanto, no que se refere a história do livro didático no Brasil

[...] é marcada por uma série de criações e substituições de comissões feitas pelo governo para garantir a produção e distribuição do material didático às escolas públicas. Estas e comissões não estavam voltadas para a qualidade do livro didático [...] (BATISTA, 2011, p. 22).

2.2. Afinal, o que é o livro didático?

O livro didático (LD) é um recurso comum em sala de aula. Sabemos que a utilização desse material em nossas escolas públicas ocorre com intensidade, uma vez que parte significativa dos professores e alunos em nosso país tem acesso a esta ferramenta. Entretanto, seu conceito apresenta diferentes concepções e abordagens nas quais iremos destacar no decorrer desse estudo.

Para Lajolo (1996) o livro didático se assemelha a um manual de usuário, sendo um relevante instrumento no processo de ensino e aprendizagem formal. Além disso, ele é determinante no que se refere a “produção, circulação e apropriação do conhecimento”.

De acordo com Cagliari (2007) não são poucos os professores que por não ter uma formação sólida tem seu único contato através do livro didático e isto por vezes resulta na falta de reflexão sobre sua prática docente. “Assim, toda aplicação

de conceitos teóricos que muitas professoras realizam perturbam-nas profundamente, porque elas ficam demasiadamente presas aos manuais e livros didáticos que ditam cada passo do seu trabalho” (CAGLIARI, 2007, p. 14).

Assim, Batista (2011) diz que isso não quer dizer que os livros didáticos não devem ser utilizados durante a sala de aula, mas ele deve ser visto como um material cuja sua elaboração é determinado por uma cultura, ideologia e percebido como um “produto científico”. Pois:

O que revela sua complexidade é a transposição dos conhecimentos científicos através de metodologias específicas e linguagem superespecializada para a didatização, desde conteúdos de forma compreensível ao aluno para que ele utilize destes saberes em seu cotidiano, dando oportunidade à criança de ressignificá-los e de transformar sua realidade (BATISTA, 2011, p. 16).

Dessa forma, para compreendermos o conceito de livro que temos hoje, devemos primeiramente entender quais foram as formas de escrita que precederam seu formato atual. Sendo assim, faz-se necessário retomar ao processo histórico no qual surge os primeiros escritos, como evidência da importância desses registros enquanto instrumento do pensamento de um povo em um determinado lugar e momento histórico.

2.3 Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

O programa Nacional do Livro Didático foi criado em 1997, com o intuito de produzir, avaliar e distribuir este material didático em todo país. Desse modo, Batista (2011) salienta que o livro não produz um conhecimento estático, mas apresenta questões culturais. Uma vez que a cultura é determinante para a escolha dos conteúdos elencados fundamentais para a exploração do mundo sob uma perspectiva de realidade. Assim, o saber de tal grupo social é privilegiado em relação a demais regiões.

No tocante ao consumo do livro didático, não podemos esquecer que este é um produto do mercado, pois ele é um trabalho conjunto de editoras, autores, desenhistas e profissionais de marketing e diagramação, entre outros, que seguem a lógica do mercado. Sendo, um formador de opinião com potencial elevado, em

virtude de ser destinado a alunos e professores nos quais tem o LD como detentor de uma verdade inquestionável (BATISTA, 2011).

Segundo Silva (2012) o PNLD funciona por meio de uma parceria entre professores/ pesquisadores de várias universidades públicas brasileiras que serão os responsáveis por analisar o livro e produzir um catálogo com sua resenha. Assim, os professores das escolas públicas irão escolher seja por meio do guia do livro didático ou do contato direto com ele, o material que será utilizado durante três anos.

Em relação ao processo de escolha dos professores:

Nem sempre o Guia é consultado ou possui relevância nas escolhas dos professores. A escolha docente parece se referenciar em diversos aspectos como, por exemplo, as apreciações a respeito de suas práticas de uso de algum livro, as condições de trabalho docente nas diferentes realidades escolares, os níveis de leitura e letramento dos estudantes e até algumas questões sociais como o aumento da violência social no entorno de algumas escolas (SILVA, 2012, p. 884).

Conforme Lajolo (1996) durante o processo de escolha o professor deve considerar a qualidade dos conteúdos do livro didático no que se refere as suas informações e atividades, bem como nas formas de leitura e seu uso.

2.4 O contexto escolar da Educação do Campo

A Educação do Campo atravessou um longo caminho de lutas e reivindicações por políticas públicas das quais pudessem abranger suas necessidades educativas, sociais, econômicas e humanas, uma vez que por muito tempo ela foi invisibilizada em virtude de ser um perigo a manutenção do poder do latifúndio.

Segundo Silva e Silva (2018), estas apontam que mesmo com as implantações do ensino regular no fim do 2º Império, esses programas não contemplaram as singularidades do povo camponês e nem tampouco considera seu direito a educação. Nesse cenário, além de ter seus direitos negados por viver em condições de extrema miséria e exploração de sua mão de obra pelos grandes

latifundiários, os camponeses começaram se organizar politicamente em razão de seus direitos, principalmente seu direito a terra e pela reforma agrária.

Com isso, em 1930 surgiu a escola do campo, entretanto a vida do povo do campo, sua cultura e outros aspectos que constituíam suas particularidades não estavam incluídas nessas práticas de ensino (SILVA, 2004 apud SILVA; SILVA, 2018). Tendo em vista que quanto menos o povo tivesse consciência das condições que lhes era submetida estes iriam contribuir para que os fazendeiros ficassem cada vez mais ricos e o povo camponês infelizmente, cada vez mais miserável.

Para que o povo tomasse o conhecimento de sua realidade somente através do processo crítico-reflexivo que a educação enquanto uma ação libertadora poderia promover. Por isso, Freire (2005) afirma que:

Ao defendermos um permanente esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, não estamos pretendendo um jogo divertido em nível puramente intelectual. Estamos convencidos, pelo contrário, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz a prática (FREIRE, 2005, p.59).

Durante este momento 85% da população era considerada analfabeta e mais da metade do povo brasileiro mesmo com idade escolar não tinha direito ao acesso a escola, pois ela era um privilégio de poucos (SILVA, 2028). Apesar de que na década de 1930, esse contexto da educação nacional em geral irá sofrer significativas mudanças em relação às suas políticas públicas com a elaboração das Diretrizes e Bases para a Educação Nacional e a criação de um Plano Nacional da Educação o campo ainda não é a prioridade, tendo em vista que a educação destinada aos povos do campo tinha como principal objetivo manter o controle dos camponeses e garantir o domínio e a exploração. Assim, segundo as autoras, os camponeses se tornavam cada vez mais alienados, domesticados e oprimidos. No entanto, mediante essa triste realidade foi surgindo ao longo dos anos muitos conflitos políticos que envolveram trabalhadores do campo, junto aos movimentos sociais reivindicando por direitos sociais e trabalhistas (SILVA; SILVA, 2018).

Na década de 60, ocorreram eventos relevantes para o campo, em relação a sua cultura, política e educação, uma vez que as camadas populares se organizaram em busca de melhorias e de seus direitos. Os principais movimentos que apoiaram esta luta foram os Centros Populares de Cultura (CPC), a União

Nacional dos Estudantes (UNE), o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Movimento de Base (MEB), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (COUTINHO, 2009 apud SILVA; SILVA, 2018).

Neste período, campanhas voltadas para a alfabetização das camadas populares eram baseadas na proposta de ensino de Paulo Freire, uma vez que consistia em promover uma educação libertadora da qual o povo oprimido pudesse ter a consciência de suas condições, e desse modo lutar por direito a cidadania e participação social. A proposta de Paulo Freire passou a ser utilizada tanto no campo como na zona urbana, esta considerava e valorizava as vivências dos sujeitos, sua história, sua cultura; considerando a realidade de vida dos educandos e tomando como referência para o desenvolvimento de sua prática pedagógica (SILVA; SILVA, 2018).

As autoras ainda afirmam que com o golpe da Ditadura Militar, no ano de 1964, os movimentos sociais foram duramente perseguidos e reprimidos, muitos escritores foram exilados e qualquer pessoa que estivesse ligada aos movimentos passava a ser perseguida, podendo até ser torturada ou morta. Além disso, neste mesmo período, não era permitido a leitura, e publicação de livros, bem como a circulação de outros materiais, ou apresentação cultural relacionados a Educação Popular (FREIRE, 2011 apud SILVA; SILVA 2018).

Com a extinção das campanhas de alfabetização populares, o governo Militar começou a fazer reformas educacionais em vários âmbitos. Dessa forma, surgiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Porém, a educação tanto no campo como na zona urbana não era a prioridade desse governo autoritário, uma vez que este buscava manter seu poder.

Silva e Silva (2018) afirmam que mesmo com a elaboração do Plano Setorial de Educação e Desporto em 1970, na qual tinha o intuito de diminuir os problemas educacionais e valorizar o homem do campo e seu modo de trabalho, mas de fato isto não acontecia, pois a escola do campo seguia os princípios da escola urbana, sendo mais uma vez negligenciada e descontextualizada de sua realidade. Ainda segundo as mesmas autoras, todos os programas educativos desenvolvidos ao longo da história não atendiam as reais necessidades educacionais da classe trabalhadora, pois tinham como objetivo atender os interesses das elites, garantindo seu domínio e soberania; mantendo a classe popular cada vez mais submissa e

oprimida. Entretanto os povos do campo passaram a se organizar e se unir aos movimentos sociais, lutando por seus direitos sociais e por terra para plantar.

Ainda segundo estas autoras, durante as décadas de 80 e 90, o país sofreu o impacto do capitalismo, uma vez que este pautou-se em preparar o sujeito para o mercado de trabalho. Nesse cenário, foi criada as diretrizes educacionais para a escola do campo. Entretanto, ainda as propostas educacionais voltadas para o campo apresentava um conceito abstrato e segregado, além de não contemplar de fato os sujeitos envolvidos nesse processo, bem como sua identidade enquanto povo camponês, por isso “esses mecanismos não foram efetivados pelo fato de não estarem satisfatoriamente relacionados à realidade da vida e da cultura vivenciada pelas pessoas das áreas rurais” SILVA; SILVA; 2018, p. 7).

Assim, a educação do campo enfrentou um longo contexto a sombra das escolas da zona urbana. Entretanto, alcançou significativas mudanças tendo em vista as singularidades vividas pelos sujeitos do campo, como as Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo (CNE/CEBN. 1,2002) e as Referências Nacionais para uma Educação do Campo (MEC, 2005), estes documentos tem como objetivo a construção da identidade das escolas do campo, contudo o último aborda “os princípios pedagógicos que direcionam a educação do campo para o fortalecimento da identidade da escola do campo” (ALENCAR, 2015, p.42 apud SILVA; SILVA, 2018).

A escola da zona rural que se compromete com a educação do campo, deve ser diferenciada em relação a sua gestão, seu currículo, a formação do professor e ao método de ensino em relação aos seus recursos didáticos. De modo, quer contemplem os princípios pedagógicos que norteiam essa educação. Ao contrário, será apenas uma escola que está na zona rural, mas está a sombra da escola urbana, assim está não está comprometida com uma educação do campo.

3 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, no primeiro momento fizemos uma breve revisão de literatura, pois é de suma importância situar o trabalho dentro de uma área de pesquisa a qual ele está inserido para sua contextualização e haver uma melhor compreensão da temática em estudo (PRODANOV; FREITAS, 2013).

No que se refere ao seu tipo, foi feita uma pesquisa de campo, uma vez que ela pode ser definida como “[...] aquela com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta [...]” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.59). Desse modo, por meio de uma abordagem qualitativa a qual busca estabelecer uma relação dinâmica entre o mundo e o sujeito, dado a sua importância esse registro não cabe em números e sim em uma análise descritiva do processo, uma vez que entende-se que este importa mais do que o resultado final (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Nosso método de levantamento de dados baseia-se em entrevistas e a análise do livro didático de Língua Portuguesa como objeto de investigação. Nessa perspectiva, “Posta a dúvida, passa-se a investigação, ao levantamento de hipóteses, à busca de explicações que esclareçam o fenômeno que provocou o questionamento” (BAGNO, 2006, p. 116).

Nesse contexto, a pesquisa foi procedida na Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Domingos Batista Guedes, onde fica localizada no Sítio Santana I, zona rural do município de Cruz do Espírito Santo – PB, sendo anexo da instituição que está localizada no sítio Entroncamento na mesma cidade. Esta

instituição atendem a 51 alunos, durante o turno da manhã 21 alunos e 30 alunos no período da tarde.

Participou do estudo a professora Rosimery Lurdes do Nascimento, tendo 33 anos, formada no curso de magistério desde 2007 e atualmente encontra-se cursando o 3º período do curso superior em Pedagogia pelo Instituto de Especialização Profissional (IEP) na cidade de Sapé-PB. Além disso, também está cursando o curso de Libras pela Funad (Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência).

A pesquisa se iniciou no dia 04 de abril de 2019, onde ocorreu a observação da sala e a aplicação da entrevista com a professora. A turma escolhida para o estudo, foram as turmas do 1º e 2º ano, onde estas funcionam em sala multisseriada. A mesma apresenta 13 alunos matriculados, sendo que 5 são crianças do 1º ano e 8 são alunos do 2º ano.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO DOS DADOS

A questão mais fundamental do ensino de português é obviamente a seguinte: o que é ensinar português para pessoas que já sabem falar o português? Por que não se ensina português no Brasil como se ensinaria para falantes nativos de outras línguas? [...]pode-se constatar que as atividades que a escola realiza com os alunos revelam uma atitude perante a linguagem semelhante à que teria se estivesse ensinando uma língua estrangeira (CAGLIARI, 2007 p. 28)

Partindo desse pressuposto no qual o ensino de língua materna deve considerar que a criança em fase de alfabetização conhece sua língua mesmo se não souber a gramática normativa, ou seja, sua escrita e sua leitura, dialogamos com a professora. Nesse sentido, ela relatou que como ensina em sala multisseriada² apresenta dificuldade, principalmente, no ensino da leitura e da escrita, uma vez que os alunos possuem níveis e ritmos de aprendizagem distintos, tendo em vista que o 1º e 2º ano são estabelecidas como as séries de alfabetização.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC),

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de

² O ensino em classes multisseriadas acontece pelo fato de que por não haver quantidade suficiente de alunos em uma turma ou recursos para mantê-la, funcionam duas turmas em um único espaço e com a mesma professora.

escrita alfabética de modo articulado ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramento (BRASIL, 2018, p. 59).

Diante disso, a professora considera o livro didático como um facilitador da aprendizagem, pelo fato da sala ser multisseriada. Dessa forma, o trabalho docente é dobrado para que eles sejam alfabetizados no tempo previsto e adquiram os conhecimentos de acordo com as normas da BNCC. Sendo assim, o livro não é só uma ferramenta importante, como também essencial em sala de aula, segundo a mesma.

De acordo com Lajolo (1986) citado por Batista (2011) a relevância do livro didático se constitui pelo fato dele ser considerado como mais um recurso pedagógico para aprendizagem e não o único. Desse modo, se ele for utilizado numa perspectiva crítica assumida pelo professor o qual irá traçar objetivos pautados na análise dos conteúdos, seus valores e nas atividades sugeridas pelo LD, uma vez que seja estabelecida uma relação entre o pensamento do aluno e o que está presente no livro.

No tocante ao uso do LD, este ocorre diariamente principalmente o de Língua Portuguesa e o de Matemática, uma vez que a professora não possui o manual do professor, a mesma tem que utilizar o livro do aluno para planejar e realizar suas aulas. Entretanto, Marcuschi (2005) afirma que o manual do professor serve como um aprofundamento do livro do aluno no que se refere as bases teórico-metodológicas. Desse modo ele irá nortear o docente no desenvolvimento das competências (habilidades, conteúdos) e atividades sugeridas pelo livro didático, além de possibilitar ao professor autonomia e apoio na utilização deste recurso. Porém, este aprofundamento não poderá acontecer pelo fato da professora não possuir o livro.

Tendo em vista os problemas constante em relação a interação com ambas as turmas, uma vez que o conteúdo deve ser de acordo com sua série, o livro didático se torna o principal recurso didático utilizado dentro dessa sala.

Entretanto, Bagno (2006) afirma que o professor não deve limitar o ensino da nossa língua a uma mera transmissão da doutrinação gramatical a qual encontra-se imposta dentro dos manuais gramaticais ou nos livros didáticos. Sendo assim, ao professor caberá questionar e ter segurança sobre seu conhecimento a respeito da língua, pois:

É necessário lançar dúvidas sobre o que está dito ali, questionar a validade daquelas explicações, filtrá-las, tomando inclusive como base seu próprio saber linguístico devidamente valorizado: ‘Eu não falo assim, não escrevo assim; meus colegas também não; escritores que tenho lido não seguem essa regra – será que ela pertence *de fato* à norma culta?’ (BAGNO, 2006, p. 116).

Outra dificuldade encontra-se no fato de que os livros não vieram completos, ou seja nem todos alunos tem os livros. Nesse sentido, há diversos fatores que influenciam na utilização do LD em sala e contribuem para o ensino tradicional da língua materna, uma vez que é determinado pela Secretária de Educação do município que o livro didático seja trabalhado durante todo ano letivo. Além disso, o professor deverá elaborar seu plano de curso a partir do livro didático.

Contudo, a professora reconhece que apenas os livros didáticos não atendem as necessidades apresentadas pelo aluno, pois há alunos com dificuldades diferentes, principalmente na leitura e na escrita, uma vez que alguns não conseguem identificar algumas letras. Nesse sentido, Batista (2011, p. 23)

O professor pode utilizar-se do livro didático para ser um apoio nas questões relacionadas ao letramento, porém tem que ficar atento aos seus limites. Por exemplo, mesmo que o LD apresente uma variedade de gêneros textuais, as suas análises podem ser deficientes, valorizando a repetição ao invés da reflexão sobre um tema.

Diante disso, Cagliari (2007) afirma que o professor do ensino de Língua Portuguesa deve iniciar conceituando a língua, para que serve e como a sociedade se comporta referente aos usos lingüísticos em seu cotidiano, pois se este ensino se restringe apenas a gramática normativa da língua a qual utiliza unicamente o livro didático como recurso, isso sem dúvidas dificultará a aprendizagem.

No tocante ao uso de outros recursos didáticos, a professora ressaltou que pesquisa em *sites* da internet atividades e jogos educativos que estimulem a aquisição da linguagem oral e escrita, além de utilizar outros livros didáticos e recursos seria indicado.

Conforme Cagliari (2007), o processo de alfabetização é influenciado por vários fatores, e por isso o professor deve estar atento a forma que os alunos estão adquirindo o conhecimento pelo fato de a criança tem seu próprio ritmo de desenvolvimento enquanto seu emocional, psicológico, social e lingüístico. Por isso,

no momento da alfabetização o professor deve procurar os meios em que a aprendizagem ocorra de modo produtivo, lúdico e desperte o interesse da criança.

Agindo dessa forma, o professor estará mais livre para selecionar os métodos, as técnicas; buscará os rumos e o ritmo que considerar mais adequados a sua turma, colocando sua sensibilidade acima de qualquer modelo preestabelecido (CAGLIARI, 2008, p. 9).

Portanto, o professor das séries de alfabetização deve ter uma atenção especial para alguns aspectos lingüísticos que se manifestam na fala e na escrita, uma vez que Cagliari (2007) salienta que se este não tiver uma base do conhecimento lingüístico “acabam acatando velhas e erradas tradições de ensino ou se apoiando explícita ou implicitamente em concepções inadequadas da língua” (CAGLIARI, 2007, p. 20).

Os parâmetros nacionais curriculares (PCN) afirmam que

Dessa perspectiva, a língua é um sistema de signos histórico e social que possibilita ao homem significar o mundo e a realidade. Assim, aprendê-la é aprender não só as palavras, mas também os seus significados culturais e, com eles, os modos pelos quais as pessoas do seu meio social entendem e interpretam a realidade e a si mesmas (BRASIL, 1997, p. 22).

Em relação ao processo de escolha do livro didático, a professora relatou:

Se eu pudesse escolher o livro hoje, eu escolheria, é... melhor. Um que com mais tempo e com mais opções. Avaliando o livro, o que caberia mais na realidade do aluno e em sala de aula. Eu escolheria, um livro, não o mesmo livro... eu escolheria um de acordo com a realidade mais ou menos deles, porque nunca é igual, nunca atende diretamente a necessidade do aluno. Tem alunos com mais dificuldades, outros com menos e assim por diante (NASCIMENTO, 2019).

Diante disso, podemos constatar a importância de se refletir sobre nossas ações enquanto educadores, bem como formadores de opinião, pois se observa que a entrevista possibilitou a professora refletir sobre sua prática docente diante da análise da problemática do livro didático em questão. Embora, a mesma escolheu o livro ela reconhece que deveria ter utilizado quem sabe outros critérios de escolha.

Portanto, é interessante refletir sobre que tipo de livro didático será a base para o ensino da língua materna no processo de alfabetização reconhecendo a importância desse momento para a criança. Assim, podemos pensar “E então? O que pretendemos formar com nosso ensino: motoristas da língua ou mecânicos da gramática?”(BAGNO, 2006,p .120). Ora, que livro didático é esse que está sendo utilizado para o ensino de língua materna?

4.1 Análise do livro didático de Língua Portuguesa

O primeiro livro de língua portuguesa a ser analisado tem por título, “BURITI MAIS PORTUGUÊS, este é voltado a atender aos alunos do 1º ano do Ensino Fundamental I. No que se refere ao segundo livro, ele apresenta o mesmo título, porém é direcionado para alunos do 2º ano. A editora responsável pela organização dos livros é Marisa Martins Sanchez, licenciada em Letras pela Faculdade São Judas Tadeu, a mesma é professora de Português em escolas de rede pública e privada em São Paulo há 11 anos. Assim, ambos os livros são uma obra coletiva na qual foram elaborados e produzidos pela Editora Moderna em São Paulo, sendo sua 1ª edição publicado em 2017.

Mediante ao exposto, o livro em questão faz parte do Programa Nacional do Livro didático (PNLD), tendo em vista as escolas de rede pública, nele é informado que seu conteúdo foi avaliado de forma criteriosa tanto pelo Ministério da Educação como pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com o objetivo de disponibilizar um material de qualidade. Além disso, este livro foi desenvolvido para que seja utilizado durante os anos de 2019 à 2022 e ele é consumível, ou seja cada aluno deve ter seu próprio livro e não é preciso devolver no final do ano letivo. Segundo Bezerra (2005), o livro didático de Língua Portuguesa pode ser entendido como um livro que é formado por unidades, lições ou módulos que contém conteúdos e atividades destinados ao professor e ao aluno. Assim, ele é o material de ensino e aprendizagem considerado o mais importante em uma parcela significativa das escolas brasileiras.

4.1.1 *Buriti mais Português – 1º ANO*

O livro de Língua Portuguesa do 1º ano do ensino fundamental I destinado para os alunos tem por título “BURITI MAIS PORTUGUÊS”, este é dividido em 8 unidades, cada uma delas tem em sua abertura uma imagem seguida por algumas questões que irá abordar a temática desenvolvida na respectiva unidade. Além disso, elas estão organizadas e divididas da seguinte forma:

- PARA COMEÇAR: questões interativas para começar a unidade;
- OUVIR E ESCREVER: atividades para que os alunos assimilem os sons das palavras a sua escrita;
- TEXTO 1: tipos de textos diferentes para os alunos conhecerem, como parlendas, poemas, cantigas e canção;
- TEXTO 2: outros textos para a criança ouvir e ler, como conto, fábula e história em quadrinhos;
- SAIBA MAIS: traz algumas curiosidades sobre assuntos diversos;
- BRINCAR E APRENDER: jogos e brincadeiras para que o aluno aprenda se divertindo;
- COMUNICAÇÃO ORAL: com o intuito de desenvolver melhor a comunicação oral através de atividades como entrevistas, participar de concursos de adivinhas, sarau e apresentar informações;
- COMUNICAÇÃO ESCRITA: exercitar a escrita, como escrevendo um bilhete para um marquês ou uma curiosidade para colocar no mural;
- SUGESTÕES DE LEITURA: algumas dicas de livros adicionais para ler;
- MATERIAL PARA RECORTE: nas últimas páginas tem material para jogos e atividades referentes ao livro.

Diante disso, Marcushi (2005) salienta que os autores dos livros didáticos atribuíram um lugar de importância para as questões de compreensão do texto, uma vez que há uma parte significativa de exercícios nessa natureza, porém é possível destacar problemas que envolvem esse trabalho. São estes: a) o fato de a compreensão do texto ser considerada uma mera decodificação de um conteúdo ou uma atividade de cópia do texto; b) as atividades com questões de compreensão apresentam também outras perguntas que não remetem ao conteúdo; c) os exercícios de compreensão contêm perguntas “genéricas” nas quais poderão ser

respondidas por meio de dados que não pautam no texto; d) os exercícios não estimulam a reflexão crítica, nem tampouco permitem a construção do sentido do texto, assim se restringe apenas a identificação dos conteúdos.

Em relação às unidades presente no livro didático em análise, em sua primeira unidade intitulado de “EU TENHO UM NOME” será trabalhado primeiramente a lista de nomes da classe, assim todos os textos e atividades tem como objetivo explorar e conhecer os nomes, bem como aprender os sons iniciais de cada nome e suas sílabas iniciais. Segundo, Cagliari (2007) é fundamental diferenciar os três tipos de atividades relacionadas ao ensino de português, estes são o fenômeno da fala, da escrita e da leitura nos quais são essenciais para a utilização de uma língua.

Na segunda unidade “EU BRINCO” tem o objetivo de discutir os nomes de brinquedos, por meio de textos, jogos e atividades escritas, além de escrever as sílabas e formar as palavras pela troca de letras. A terceira unidade “EU IMAGINO UM CASTELO” se inicia falando sobre castelos, assim por meio de parlendas, contos e outras atividades se ensinam palavras terminadas em eira, sílaba final e inicial, além de se exercitar a oralidade ao contar uma história desenhada.

A quarta unidade “EU GOSTO DE ANIMAIS” traz os animais como objeto de estudo para a aprendizagem dos nomes, das letras e letra inicial, para isso se utiliza de poemas, contos, jogos e imagens. Já na quinta unidade “EU FAÇO FESTA” aborda as festas populares por meio de imagens, poemas, textos informativos, jogos da memória e no ensina da gramática ensina escrita de palavras e sílaba inicial, e palavras dentro de palavras, além de exercitar não só a escrita como o conhecimento prévio do aluno sobre festas populares como a junina.

Na sexta unidade “EU INVENTO” estudam-se as invenções através de poemas, contos, imagens e bingos. Alves (2005) afirma que o professor não precisa seguir da mesma forma que o livro pede, pois se valoriza mais os questionários do que a leitura espontânea e prazerosa dos poemas. Assim, o uso dos livros didáticos de português deve explorar a sensibilidade da poesia, dado que:

Num país em que milhares de crianças e jovens têm acesso a poesia apenas através do livro didático, a ampliação do número de poemas nestas obras com orientações de leitura que levassem em conta a dimensão estética do texto – não meramente técnica – seria bem vinda (ALVES, 2005, p. 73).

Na sétima unidade “EU PRATICO ESPORTES” tratam-se do estudo das modalidades esportivas para o ensino das sílabas iniciais, rimas e separação de sílabas por meio de fábulas, textos informativos, entrevistas e poemas. Por fim, a oitava unidade “EU ESTUDO OS DINOSSAUROS” tem por finalidade conhecer os dinossauros para aprendizagem de terminação das palavras e sílabas iniciais, além das atividades interpretativas.

Segundo Mendonça (2005) os livros didáticos de língua portuguesa contém conteúdos e sequências didáticas que irão influenciar diretamente o contato com o estudo da língua materna tanto para os alunos quanto professores, pois o LD é tão presente em sala de aula quanto estes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

O livro analisado em geral, é um recurso rico em gêneros textuais, além de trazer uma ilustração interessante, como já foi exposto acima. Dessa forma, Bezerra (2006) afirma que há uma grande preocupação dos autores do livro didático de Língua Portuguesa em que os alunos tenham o acesso a textos diversificados e isso é um ponto positivo que merece destaque. Porém, não se faz um estudo aprofundado para que o aluno perceba a diferença dos tipos de gênero e o seu uso. Diante disso, o estudo dos gêneros textuais se limita em apenas coletar as informações do texto e a discussão do tema exposto, esquecendo-se de evidenciar qual é a função dos gêneros em nossa sociedade.

Além disso, os conteúdos do livro didático em questão oferecem a abertura para ser trabalhado em sala de modo interdisciplinar, sendo uma proposta interessante de ensino considerando a criança em fase alfabetização. Porém, podemos considerar que o livro didático apresenta certo grau de dificuldade para os alunos, pois este está descontextualizado de sua realidade, uma vez que apresenta pontualmente elementos culturais de onde ele foi produzido (em São Paulo).

Portanto, como salienta Mendonça (2005) não se pode ignorar o fato de que houve uma grande melhoria nesses últimos anos em relação a sua adequação teórico-metodológica.

4.1.2 Buriti mais português – 2º ANO

O livro do 2º ano apresenta a estrutura e organização similar do livro analisado acima. Porém há a retirada do item “PARA COMEÇAR”, a mudança do item “OUVIR E ESCREVER” para LER E ESCREVER” e o acréscimo do item “MEMÓRIA VISUAL” para o treino da ortografia.

Dessa forma, em sua primeira unidade “EU ME DIVIRTO” tem o intuito de se estudar as, letras, palavras e as sílabas, relembrar o alfabeto e nomes de pessoas, letras com f e v, através de história em quadrinhos como a de Garfield, trava-línguas e parlendas para o ensino da escrita e oralidade. Em sua segunda unidade “EU DECIFRO CHARADAS” a autora inicia com a utilização de adivinhas para o ensino da leitura e da escrita. No que se refere aos conteúdos gramaticais este busca trabalhar a ordem alfabética através dos nomes dos colegas, as letras B, P, C e G. Além disso, é interessante que a literatura de cordel aparece.

Já a terceira unidade “EU RESPEITO OS OUTROS” busca trabalhar noções de respeito por meio de fábulas como o leão e o ratinho, poemas e cartaz para o ensino da formação de palavras, a comunicação oral através de narrativas e atividades de separação de palavras. Além disso, explora atividades com as letras B e P, F e V, C e G, D e T. Na quarta unidade “EU CANTO E CANTO” inicia-se com a cantiga acumulativa “Na loja do mestre André”, sendo uma proposta interessante para se trabalhar com as crianças, uma vez que esta é uma música popular. Além disso, trabalha a gramática em atividades de separação de sílabas, a letra C e Qu. Além disso, traz o conto para a recontação estimulando a memória e a oralidade.

Na quinta unidade “EU SOU CURIOSO” trata-se do estudo da língua a partir do Mito, da ficha descritiva para se aprender as letras minúsculas e maiúsculas, bem como as letras L e R no meio da sílaba e no final. Já na quinta unidade “EU CUIDO DOS ANIMAIS” tem o intuito de explorar o gênero Notícia – a garotinha adota e ensina língua de sinais para cão também surdo para o ensino de frase e pontuação, som nasal: til, M e N, uso da vírgula. Sendo assim, este é um tema pertinente para o ensino da diferença e o ensino de valores como respeito, ética e amizade. Assim, outros gêneros que também aparecem são o texto dramático e a tirinha.

A sétima unidade “EU FAÇO AMIGOS” traz a história em quadrinhos de um garoto que tem síndrome de down para o exercício da leitura e da escrita. Também, apresenta o alfabeto em letras cursivas, bem como os conteúdos gramaticais singular e plural, inho/inha, zinho/zinha, ão/ona. Para isso, os gêneros utilizados são o relato pessoal, texto instrucional e e-mail.

Na oitava e última unidade “EU FAÇO DE CONTA”, os contos de fadas são utilizada para a aquisição da linguagem oral e escrita. Além disso, para o ensino dos verbetes de dicionário, uso de letra inicial maiúscula, sinônimos e antônimos, os grupos CH, LH, e NH. É interessante o uso de imagens de filmes para levar as mídias digitais até os livros, pois é comum vermos o inverso.

Em síntese, o livro apresenta assim como o anterior, uma ilustração interessante, seus conteúdos são pertinentes, embora o alfabeto em letras cursivas só apareça no final, tendo em vista o ensino da escrita. Diante disso, Cagliari (2008) salienta que a escrita é algo novo para a criança que está em fase de alfabetização, por isso é necessário uma atenção diferenciada. Nesse cenário, a escrita em letras de forma maiúscula é mais fácil de aprender considerando que esta apresenta-se no livro didático, logo em seguida seria apresentado a letra cursiva. Nessa perspectiva, o livro didático está de acordo com esse conceito teórico. Todavia, ao professor cabe deixar claro para o aluno para que serve a escrita e perceber o significado que ela tem para a criança (CAGLIARI, 2007).

Considerando que este livro didático é destinado aos alunos de 2º ano onde se espera que ao final do ano letivo estes já estejam alfabetizados, é interessante dizer que há uma preocupação sobre a ortografia dos alunos, porém Cagliari (2007, p. 124) afirma que “O controle das formas ortográficas é conveniente para fazer avaliações de massa nas classes, mas um desastre para ensinar alguém a escrever o que pensa”.

Por isso, é fundamental estimular a produção de textos espontâneos pela criança e permitir que ela use de sua criatividade para expressar sua capacidade de escrever. Limitá-la a ortografia é reduzir a motivação e o encantamento do ato de escrever. Contudo, “Isso não quer dizer que o aluno não precise aprender a ortografia. É evidente que sim, mas na justa medida e no tempo oportuno” (CAGLIARI, 2007, p. 124). Em vista disso, o professor pode sugerir ao aluno como ele pode melhorar, a partir dos conhecimentos sobre as letras, sílabas e palavras, porém que não haja modificações nas características dos textos produzidos pelas crianças (CAGLIARI, 2007).

Do ponto de vista *teórico*, está nova postura pode ser simbolizada numa simples troca de sílaba. Em vez de rePETir alguma coisa, o professor deveria reFLEtir sobre ela. Diante da velha doutrina gramática normativa, o professor não deveria limitar-se a transmiti-la

tal e qual ela se encontra compediada nos manuais gramaticais ou nos livros didáticos (BAGNO, 2006, p.115-116).

É importante destacar, que esta mudança de atitude do professor deve estar pautada no exercício constante de refletir sobre sua ação pedagógica, tendo em vista a relevância dos anos iniciais para a vida escolar da criança. Sendo assim, Bagno (2006) afirma que o intuito dos métodos tradicionais de ensino da língua existentes no Brasil tem o intuito formar professores de português que valorizam o ensino da gramática presentes no LD contudo “O ensino da gramática normativa mais escrita, a obsessão terminológica, a paranóia classificatória, o apego a nomenclatura – nada disso serve pra formar um bom usuário da língua em sua modalidade culta” (BAGNO, 2006, p. 119). Por isso,

O professor de português tem que ser um profissional competente, tem que conhecer profundamente a língua portuguesa. Como pode ele ensinar algo que não sabe? Se ele tiver um conhecimento errado, seu trabalho vai ser ensinado errado! Os alunos aprendem o que lhes é ensinado (CAGLIARI, 2007, p. 41).

Nesse sentido, o uso do livro didático ou qualquer outro recurso didático deve ter a finalidade de facilitar a aprendizagem e não o contrário, pois fica evidente a necessidade de se adaptar o material as necessidades encontradas em sala de aula. Dessa forma, ambos os livros devem ser explorados com atenção, pois carregam fortemente a cultura de onde este foi produzido, principalmente nos gêneros textuais.

5 CONCLUSÃO

O livro didático historicamente se faz presente desde o surgimento das escolas no Brasil, sendo assim este foi construído como um recurso de poder ideológico. Desse modo, apenas ocorreu melhorias em sua qualidade com o PNLD o qual ampliou o processo avaliativo. Infelizmente na realidade em questão, este não é avaliado pela professora que utiliza diariamente como fonte de conhecimento.

No que diz respeito as suas implicações nos anos iniciais, sabemos que a fase de alfabetização é considerada fundamental para o desenvolvimento da criança em sua vivência escolar. Durante esses anos iniciais, deve se saber que o aluno já domina sua língua materna na forma oral, no entanto constatamos que o ensino de Língua Portuguesa ainda é centrado no uso do livro didático, bem como na forma tradicional que o professor tem assumido em sala de aula.

Dessa forma, esta pesquisa possibilitou atentar para as particularidades da criança que frequenta a escola do campo, além disso perceber que estes alunos agora estão diante de uma novidade: a descoberta de que as letras formam

palavras. Por isso, é importante valorizar os conhecimentos que cada aluno possui sobre sua língua e adequar o livro didático diante das necessidades de cada um.

No tocante à construção do livro didático, este será produzido a partir de uma ideologia, visto como um produto mercadológico determinado pelo contexto social, econômico e cultural no qual foi produzido. Daí entra o professor que tem competência e habilidades para direcionar o ensino da língua, uma vez que “O português como qualquer outra língua, é um fenômeno dinâmico, e não estático, isto é, evolui com o passar do tempo” (CAGLIARI, 2007, p. 36). Desse modo, o conteúdo dessa disciplina não pode ser engessado e limitado apenas ao uso do livro didático, pois cabe ao professor mudar sua postura frente sua utilização para o ensino da língua. Assim, isto exige mudanças desde sua formação até no currículo da escola, uma vez que ela estiver comprometida com uma educação pautada na diversidade cultural e no contexto social na qual está inserida será propícia ao ensino pautado no sujeito enquanto um todo, respeitando a diversidade cultural e sua história.

Não basta apenas dizer que a problemática do livro didático envolve apenas a prática do professor, porque isto seria um equívoco. Em vista disso, vale ressaltar que por vezes o mesmo não conta com outro recurso didático na escola, além de ser orientado pela Secretária de Educação do Município a utilizar o livro completo durante o ano letivo. Assim, isto contribui efetivamente para sua utilização diária e sem a devida reflexão.

Portanto, faz-se necessário traçar objetivos para o ensino da língua materna pautado no que a criança já sabe a respeito dela e em sua realidade, sem dúvidas, será mais significativo para ela estabelecer relações com o que já sabe. Alfabetizar é um ato que exige pesquisa, empenho e reflexão sobre a prática docente, por esse motivo o uso do livro didático deve ser desafiador, de modo que os alunos questionem e não apenas façam respostas prontas e acabadas sobre ele. Sendo assim, o professor como agente formador possibilitará ao aluno ser um condutor de sua língua e não um mero mecânico da gramática, como nos ensinou Bagno (2006).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: língua portuguesa: ensino de primeira à quarta série. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**: Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 04 de abril de 2019.

BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico**: o que é, como se faz. 43ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

BAIRRO, Catiane Colaço de. **Livro didático**: um olhar nas entrelinhas de sua história. VII Seminário nacional de Estudos Nacionais em Pesquisas, 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/Cj5GgE6L.doc> Acesso em: 20 de março de 2019.

BATISTA, Amanda Penalva. **Uma análise da relação professor e o livro didático**. Monografia apresentada na Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2011.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & Lingüística**. 10ª ed. São Paulo: Scipione, 2007.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005.

LAJOLO, Marisa. **Livro didático: um (quase) manual do usuário**. In *Em Aberto*, Brasília, ano 16, n. 69, jan./mar. 1996, p. 3-9. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1033/935>>. Acesso em: 23 de abril de 2019.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas de pesquisa de trabalho acadêmico**. 3 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. *Ebook*.

QUEIROZ, Rita de C. R.de. **A informação escrita: Do manuscrito ao texto virtual**. VI Encontro Nacional de Ciência da Informação – Informação, Conhecimento e Sociedade Digital. Salvador, BA, 2005. Disponível em: http://www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/RitaQueiroz.pdf Acesso em: 25 de março de 2019.

ROCHA, Ruth. **A história da escrita**. 6ª edição. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/professorajaquelinenaves/historia-da-escrita-ruth-rocha>. Acesso em: 25 de março de 2019.

SANCHEZ, Marisa Martins. **Buriti mais: Português – 1ºano**. São Paulo: Editora Moderna, 2017.

_____. **Buriti mais: Português – 2ºano**. São Paulo: Editora Moderna, 2017.

SILVA, Marco Antônio. **A fetichização do livro didático no Brasil**. *Educ. Real.*, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade> Acesso em: 12 de abril de 2019.

SILVA, Samara do Nascimento; SILVA, Nívea Maria do Nascimento da. **Da educação rural à luta por uma Educação do Campo**. Publicado nos Anais do VI Seminário Internacional de Práticas de Educativas – VI SECAMPO, promovido pelo GEPEEEs – DED – CCAE – UFPB, realizado nos dias 29, 30 de novembro e 1º de Dezembro de 2018.

ZACHEU, Aline Aparecida Pereira ; CASTRO, L. L. O.. **Dos tempos imperiais ao PNLD: a problemática do livro didático no Brasil**. In: 14ª Jornada do Núcleo de Ensino de Marília, 2015. Disponível em https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/132896/zacheu_aap_me_bauru.pdf?sequence=3 Acesso em: 12 de abril de 2019.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM O PROFESSOR

Nome do professor (a) entrevistado (a):

Idade:

Formação:

Série que leciona:

Foco: Análise do livro didático na escola do campo

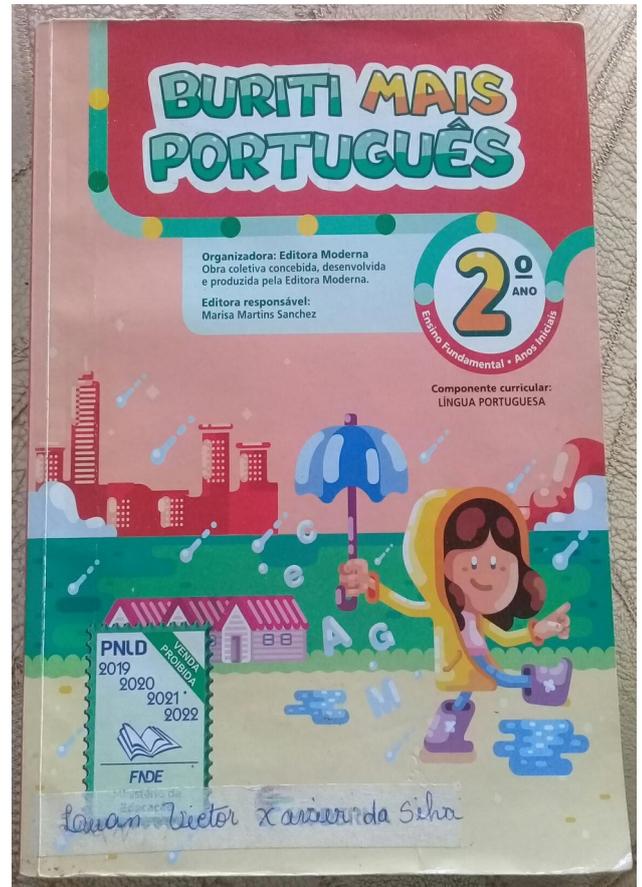
1. Quais disciplinas possui livro didático? Os livros atendem todos os alunos?
2. Você costuma utilizar o livro didático em suas aulas? Com que frequência?
3. Você utiliza apenas o livro didático quem vem para as escolas ou utiliza outros para o ensino da leitura e da escrita?
4. Você considera esses livros adequado para a realidade dos seus alunos?
5. O livro didático é suficiente para a realização de suas aulas?
6. Se você utiliza outros recursos didáticos para ministrar sua aula, quais são eles?

7. Se você pudesse escolher esse livro hoje, você escolheria? Explique o motivo.
8. Você considera que o livro didático facilita no processo de aprendizagem dos seus alunos?
9. Qual as principais dificuldades que você encontra em sala de aula?
10. Em linhas gerais, você considera o livro didático uma ferramenta importante?

APENDICE B – Imagens do livro didático de língua portuguesa



Imagem 1: Livro de Língua Portuguesa do 1º ano **Imagem 2:** Livro de Língua Portuguesa do 2º ano



Fonte: Do próprio autor

Fonte: Do próprio autor

Imagem 3: Alfabeto no livro didático do 2º ano

PARA LER E ESCREVER MELHOR

ALFABETO E NOMES

1 RELEMBRE O ALFABETO.

A B C D
E F G H I J
K L M N O P Q R
S T U V W X Y Z

• COPIE DO ALFABETO AS LETRAS QUE ESTÃO EM VERMELHO.
A E I O U

• AGORA, COPIE AS OUTRAS LETRAS.
B C D E F G H I J K L M N O P Q R
S T U V W X Y Z

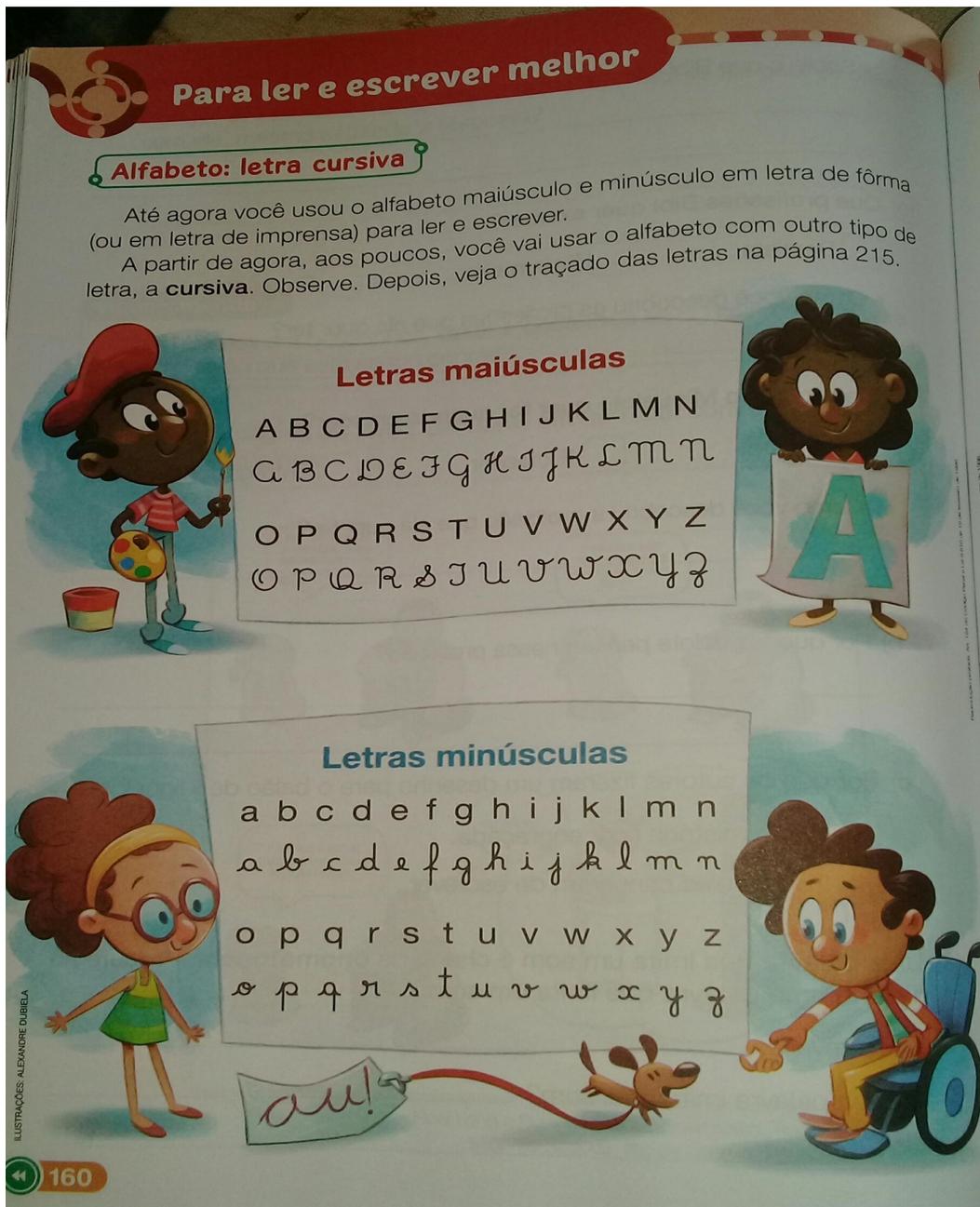
2 VOCÊ SABE COMO SÃO CHAMADAS AS LETRAS QUE VOCÊ COPIOU NA ATIVIDADE 1?

AS LETRAS **A, E, I, O, U** SÃO CHAMADAS **VOGAIS**.
AS LETRAS **B, C, D, F, G, H, J, K, L, M, N, P, Q, R, S, T, V, X, Z** SÃO CHAMADAS **CONSOANTES**.

24

Fonte: Do próprio autor

Imagem 4: Alfabeto em letras cursivas no livro didático do 2º ano



Fonte: Do próprio autor

Imagem 5: Gêneros textuais no livro do 2º ano

PARA LER E ESCREVER MELHOR

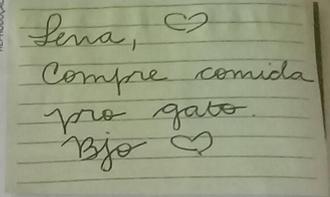
LETRAS E PALAVRAS

1 OBSERVE ESTAS IMAGENS E CONVERSE COM OS COLEGAS.

REPRODUÇÃO



REPRODUÇÃO



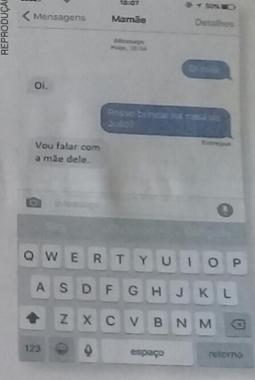
REPRODUÇÃO



REPRODUÇÃO



REPRODUÇÃO



- QUE IMAGENS VOCÊ VÊ?
- EM QUAIS DELAS HÁ TEXTOS ESCRITOS?
- A ESCRITA É IMPORTANTE? EM QUE SITUAÇÕES?
- QUAL É A UTILIDADE DA ESCRITA EM CADA UMA DAS SITUAÇÕES APRESENTADAS NESTA PÁGINA?
- EM QUE OUTRAS SITUAÇÕES A ESCRITA PODE AJUDAR VOCÊ?

14

Fonte: Do próprio autor

Imagem 6: Abertura da oitava unidade do livro do 2º ano



Fonte: Do próprio autor